



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA

Realizada no auditório da ADUnB - Associação do Docentes da UNB, nos dias 15 e 16 de fevereiro a I Plenária Nacional FASUBRA de 2019, teve a seguinte pauta: Conjuntura; Reforma da Previdência; Campanha Salarial; Defesa das Instituições Públicas de Ensino e da Democracia; A Organização da Luta contra os Ataques do Governo; Informes de Direção; Informes de base e encaminhamentos.

A Plenária Nacional contou com a participação de 21 estados, o distrito federal, 40 entidades de base, 170 delegados e 3 observadores.

O primeiro dia de plenária iniciou-se com a uma palestra proferida pelo Dr. Cláudio Santos, assessor jurídico da FASUBRA, sobre a reforma da previdência. Embora o governo não tenha apresentado oficialmente sua proposta, o Dr. Cláudio focou sua apresentação em documentos que foram veiculados pela imprensa e nas declarações feitas pelos ministros. Após a palestra foram apresentados os informes da Direção Nacional. No período da tarde teve início o debate sobre a Conjuntura, Reforma da Previdência, campanha salarial, defesa das instituições públicas de ensino, da democracia e a organização da luta contra os ataques do governo.

O segundo dia da Plenária, iniciou com a reunião dos coletivos de mulheres e aposentados. Em seguida, retomou-se a pauta com as intervenções vindas do plenário. O eixo das falas foi pautou pelos ataques do governo e a reforma da previdência.

Após as intervenções foi apresentada a pauta de reivindicações específicas para atualização e aprovação em plenário. Foram apresentados dois textos de conjuntura, que foram a votação e aprovado o texto 1, que segue registrado neste informativo, além dos encaminhamentos e calendário, também apensados a este relato.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

CONJUNTURA

É URGENTE UNIFICAR A LUTA PARA ENFRENTAR OS ATAQUES DO GOVERNO

A última Plenária Nacional da FASUBRA, realizada em dezembro de 2018, aprovou uma resolução de conjuntura intitulada “UNIDADE PARA ENFRENTAR OS ATAQUES DO FUTURO GOVERNO”. Na ocasião o governo Bolsonaro ainda não havia tomado posse. Nos primeiros quarenta e cinco dias do governo, Bolsonaro adotou uma série de medidas que vão contra as conquistas históricas da classe trabalhadora, como a emblemática extinção do Ministério do Trabalho.

Esses retrocessos ainda não foram compreendidos por grande parte da sociedade. Além dos ataques, o governo apresentou uma série de contradições, tanto de condutas como na nomeação de corruptos, quanto em relação aos seus discursos da campanha. A instabilidade de posicionamentos demonstra total falta de coesão na estrutura governamental e uma estratégia de comunicação que visa confundir a população. Outro fato intrigante é a veiculação na mídia que associa membros da família do Presidente a atos de corrupção e envolvimento com milícias, inclusive relacionando-os ao assassinato da Vereadora Marielle Franco do PSOL e seu motorista Anderson.

Agora é o momento da FASUBRA e dos sindicatos que compõem a sua base apoiar, incentivar e participar da construção da unidade dos trabalhadores para resistir aos ataques do governo Bolsonaro e defender as instituições públicas de ensino, gratuitas e de qualidade. E imediatamente a tarefa é impulsionar a Campanha Salarial e a luta contra a Reforma da Previdência e demais ataques do Governo e Judiciário contra os direitos dos trabalhadores.

Não há dúvidas de que o governo de Jair Bolsonaro, Sérgio Moro, Paulo Guedes e dos militares possui cunho autoritário, pretende aprovar reformas ultraliberais que destruirão os serviços públicos, aprofundar a entrega do patrimônio nacional, acabando com a soberania do Brasil. Além disso, pretende criminalizar os partidos de esquerda, progressistas, movimentos sociais e sindicatos, enquadrando-os como terroristas.

As Instituições Públicas de Ensino (IPE) estão na mira do governo. Em dezembro, durante o período de transição com o governo Temer, o Ministério da Educação anunciou a nota técnica sobre a lista tríplice



para a escolha dos reitores. Trata-se de um duro ataque a autonomia e a democracia que vinham sendo praticadas nas IPE. Serão consideradas legais apenas as consultas onde o peso do voto seja de 70% para professores, em relação às outras categorias. “Votação paritária, ou que adote peso de docentes diferente de 70% será tida como ilegal”, diz a nota.

As instituições já têm sofrido bastante com o corte de verbas imposto pela Emenda Constitucional 95, que congelou o orçamento e concursos por 20 anos na esfera federal. O quadro de sucateamento visa desmontar e eliminar as IPE aos poucos.

Outro agravante é o acúmulo de perdas salariais das trabalhadoras e trabalhadores dessas IPE, que sofrem com o arrocho salarial e sem nenhuma perspectiva de que o governo irá resolver este problema, pois não responde às entidades representativas, nem abre canal de negociação.

O projeto “Escola sem Partido” é um componente ideológico que demonstra o objetivo desse governo no campo da Educação de impedir a formação do pensamento crítico, elemento fundamental para a participação política, o que se confirma e complementa com as medidas que promovem o sucateamento dos serviços públicos em geral e, em particular, com o corte de verbas para a educação, ampliação da terceirização e conseqüente desmonte de Instituições Federais de Ensino.

A Instrução Normativa nº 02 constitui um duro ataque aos TAE e tem sido o principal instrumento de ameaça à jornada flexibilizada de 30 horas, além de promover a implantação do ponto eletrônico em várias IPE.

A política econômica de ajuste fiscal do governo Bolsonaro, representada por Paulo Guedes, evidencia o projeto de desmonte dos serviços públicos aprofundando as privatizações de setores estratégicos para o fortalecimento do Estado brasileiro e da sua soberania. O objetivo é instituir o “Estado Mínimo” em relação às políticas sociais que atendiam as necessidades das camadas mais pobres da população, e o “Estado Máximo” para atender às demandas do Mercado, com a entrega de estatais de setores estratégicos para o grande empresariado nacional e para os conglomerados multinacionais.

O objetivo da Reforma da Previdência é atacar o sistema de seguridade social, desconstitucionalizando os direitos à previdência e saúde, o que facilita o seu desmonte, contribuindo assim para impedir o direito de acesso à previdência social e instituir um sistema privado de capitalização de contribuição definida, em



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

que não há garantias de valor e recebimento do benefício. A principal referência de Paulo Guedes é a desastrosa experiência Chilena, onde o modelo de previdência social é um exemplo de fracasso e desintegração social, o que aprofundou a situação de miséria e pobreza da população idosa no Chile. No final, o objetivo é favorecer e enriquecer os banqueiros.

O projeto de lei “anticrime organizado”, de Sérgio Moro, tem como objetivo principal a criminalização de pessoas e grupos que fazem oposição a esse governo, como partidos progressistas, movimento sindical e outras organizações dos movimentos sociais. Este projeto é um ataque aos direitos democráticos de livre organização e reunião. É uma verdadeira ofensiva das classes dominantes contra as organizações e lideranças que representam os interesses dos trabalhadores, das mulheres, das negras e negros e LGBTs. As recentes ameaças de morte sofridas pelo deputado reeleito Jean Wyllys do PSOL, que o levaram a desistir do novo mandato parlamentar e decidir sair do país para preservar a sua vida, revelam que o ambiente democrático e político está piorando no país.

A operação Lava Jato, que se constituía em uma iniciativa de combate à corrupção e promoção da transparência no setor público, foi transformada em um instrumento de perseguição dirigida aos adversários políticos. Artifício semelhante será usado para o ataque às IFE, uma operação já denominada pela imprensa como “Lava Jato da Educação”, para isso o MEC e o Ministério da Justiça já firmaram convênio, no último dia 15.

A segunda condenação de Lula reforça a utilização da operação Lava Jato no cenário político. Lula é um preso político, a luta por sua liberdade é parte da luta em defesa das liberdades democráticas.

Em meio a toda esta situação, onde a prioridade é a aprovação da reforma da previdência, o governo Bolsonaro enfrenta uma importante crise política. As transferências bancárias intermediadas por Queiroz e o recente episódio envolvendo o ministro Bebianno do PSL trazem à luz a verdadeira face desse governo, repleto de contradições e evidentes atos de corrupção praticados por vários de seus membros.

A tragédia anunciada provocada pelo crime da Vale em Brumadinho traz à tona uma das consequências mais cruéis do jogo capitalista na forma das privatizações, quando o lucro se sobrepõe ao valor da vida. A falácia da melhor administração, transparência e produtividade, além de fomentar e justificar a entrega de patrimônio nacional de área estratégica, promove a ganância do grande empresariado em detrimento



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

do uso racional das riquezas naturais e proteção à natureza, à saúde e à vida dos trabalhadores e trabalhadoras e população do entorno.

O alinhamento do governo Bolsonaro com o presidente estadunidense, Donald Trump, é ainda mais explicitado pela posição tomada em relação à situação da Venezuela, em que a autodeterminação do povo é atacada por intervenção do governo estadunidense.

Pesquisas do Instituto Datafolha, de janeiro, revelaram que a maioria da população brasileira se opõe a parte considerável das propostas que o Governo deve apresentar, tais como: privatizações, reforma trabalhista, posse de armas, proibição de discussão política em sala de aula e de educação sexual nas escolas.

Mesmo com o apoio majoritário na população, é de se pensar que haja maioria popular contra algumas das principais medidas de Bolsonaro. Trata-se de um ponto de partida importante para a construção das lutas em defesa de direitos.

A construção de um Movimento de Resistência Nacional, com todas as organizações e movimentos da classe trabalhadora e dos oprimidos e a unidade de ação mais ampla possível em defesa das liberdades democráticas são duas orientações fundamentais para enfrentar e derrotar o novo governo de extrema-direita.

Em resposta à reforma da previdência, as centrais sindicais estão organizando uma plenária contra esta reforma e em defesa dos nossos direitos para o dia 20 de fevereiro, na Praça da Sé, em São Paulo.

As organizações de Mulheres têm dado um grande exemplo de unidade na organização das mobilizações do Dia Internacional da Mulher – 8 de março, e de outros atos com as pautas feministas. Este ano, o exemplo tende a se repetir, com o foco naquilo que unifica os movimentos feministas e a esquerda.

Diante da atual conjuntura política do país, propomos reafirmar os encaminhamentos aprovados na resolução política da Plenária realizada em dezembro de 2018. A federação deve orientar suas entidades de base a participarem de todas as iniciativas para unificar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, a começar pela Plenária convocada pelas centrais sindicais no dia 20 de fevereiro.

Precisamos priorizar a luta contra a reforma da previdência, combinada à luta em defesa dos direitos sociais, em defesa das liberdades democráticas e contra as privatizações, a luta em defesa da educação



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

pública e por melhores condições de trabalho e salário dos TAE.

PARA TANTO A PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA ORIENTA:

- Realização de Encontros Regionais com a finalidade de instrumentalizar a categoria no processo de formação e atualização dos Projetos Estratégicos da Federação;
- Atuar ativamente dentro do Parlamento durante os plantões;
- Participar da organização e construção da Marcha das Margaridas;
- Estado permanente de alerta e mobilização diante dos ataques do governo;
- Construir e participar das iniciativas de unidade nacional e nos estados (frentes, fóruns, comitês, etc.);
- Construir a campanha salarial unificada em conjunto com os SPF respeitando as especificidades de cada categoria;
- Buscar diálogo permanente com os segmentos da sociedade mais vulneráveis aos ataques do governo;
- Construir o dia 8 de março contra a reforma da previdência, contra o feminicídio e por justiça a Marielle Franco;
- Apoiar atos e iniciativas do dia 14 de março, data de um ano do assassinato de Marielle e Anderson e também dia de Luta dos Atingidos por Barragens.

ENCAMINHAMENTOS

- Defender a suspensão do pagamento da dívida pública e exigir a auditoria da mesma;
- Lutar para que o governo Bolsonaro coloque em regime de urgência a revogação da Lei de criação dos IFs e encaminhe o PL 11279/2019;
- Criação do coletivo Cênico da FASUBRA;
- Propor na reunião ampliada do FONASEFE um dia de paralisação para o lançamento da campanha salarial;
- Nota técnica da assessoria jurídica sobre os impactos da desconstitucionalização da lei da aposentadoria;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Campanha nacional da FASUBRA - SOS Universidade/SOS IF/SOS CEFET – (SOS Instituições Públicas de Ensino);
- Campanha contra a reforma da previdência;
- Atuar ativamente dentro do parlamento durante os plantões;
- Realizar Encontros regionais da FASUBRA;
- Campanha salarial unificada a luta contra a reforma da previdência;
- FASUBRA orientar campanha de filiação nas bases;
- Incluir no calendário, com datas importantes para a categoria 28/02, 05/03, 08/03, 14/03;
- Defender a greve geral junto às centrais na assembleia do dia 20;
- Orientar as entidades de base sobre os ataques aos setores vulneráveis, negros, LGBTI;
- Impulsionar a campanha dos SPF, “revoga o teto”;
- Organizar frases que dialoguem com a população na luta contrarreforma da previdência;
- Encaminhar a luta de pressão aos deputados, nos estados, sejam em forma de reunião, panfletagem nos estados e no parlamento, pressão nos aeroportos;
- Indicação de carta aos parlamentares para apresentar a FASUBRA;
- Participar do 8 de março;
- A FASUBRA deve se incorporar à organização da Marcha das Margaridas;
- Propor um calendário unificado de luta ao FONASEFE e as centrais;
- A Plenária Nacional da FASUBRA sindical, reunida nos dias 15 e 16 de fevereiro, em Brasília no auditório da Adunb, reconhece o resultado eleitoral do Sindtest Paraná em 2018, como um processo lícito e legítimo e ao mesmo tempo reconhece os trabalhadores da fundação - Funpar como membros da Base da Federação.
- Encaminhar ofício entregue na Plenária da FASUBRA pelo Sindicato da ASSUFRGS sobre o reenquadramento dos seus aposentados para as demais bases que possuem aposentados nesta condição, para a deliberação de autorização ou não do encaminhamento do ofício ao Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão pela Direção da FASUBRA.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

PAUTA ESPECÍFICA

Pauta específica dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino

Reposição de Perdas e Aprimoramento da Carreira:

- Pelo aprimoramento da Carreira com correção das distorções, levando em consideração a racionalização dos cargos, piso de três salários mínimos e step de 5%; reposicionamento dos aposentados e pensionistas, e concurso público via RJU para todos os níveis de classificação;
- Pela não retirada de ganhos administrativos e judiciais da Categoria – pagamento imediato;
- Reabertura de prazos para que os Técnico-Administrativos em Educação que ainda estejam no PUCRCE possam migrar para o PCCTAE;
- Pela instituição da Ascensão Funcional;
- Reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados quando os mesmos se encontravam na ativa;
- Aproveitamento de disciplinas de curso de graduação e pós-graduação para todas as classes do PCCTAE para fins de progressão por capacitação;
- Reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país;
- Posicionamento hierárquico em padrão de vencimento equivalente na tabela quando do reingresso de servidor em outro cargo do PCCTAE;
- Efetivação do Plano Nacional de Capacitação lançado em 2013;
- Extensão, para os Técnico-Administrativos em Educação, do art. 30 da lei 12772/12, que trata de afastamento para realização de estudos de pós-graduação.

Condições de Trabalho e Qualidade no Serviço Público

- Turnos contínuos com redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem ponto eletrônico e sem redução de salário;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Pela revogação da Lei que cria a EBSEH para gerir os Hospitais Universitários das Instituições Federais de Ensino e pela contratação de trabalhadores via concurso público (RJU);
- Revogação das orientações normativas (nº 6, 15 e 16) relativas à insalubridade, assegurando os direitos dos trabalhadores que já se aposentaram e dos que estão na ativa;
- Pela suspensão imediata dos cortes orçamentários nas Instituições de Ensino e recomposição do orçamento;
- Construção/ampliação de creches nas Instituições Federais de Ensino, atendendo a demanda da comunidade acadêmica;
- Construção de uma política de combate efetivo ao assédio moral nas Instituições Federais de Ensino;

Democratização das Instituições Federais de Ensino

- Por um processo eleitoral no mínimo paritário para a escolha de gestores no âmbito das universidades públicas, de forma autônoma, com lista uninominal;
- Por uma composição paritária nos Conselhos Superiores;
- Pelo fim da criminalização das lutas e das perseguições aos dirigentes sindicais e ativistas nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Pauta Geral dos Servidores Públicos Federais

- Pela Revogação das Leis que criaram a EBSEH e a FUNPRESP;
- Por uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
- Índice linear de 27,3%;
- Estabelecimento de Data-base em 1º de maio;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Pelo direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT) e liberação de dirigentes para o exercício de mandato classista;
- Pela paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Pela retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos trabalhadores;
- Por isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;
- Pela anulação da reforma da previdência de 2003, realizada por meio de compra de votos de parlamentares;
- Pela extinção do fator previdenciário;
- Pela incorporação de todas as gratificações produtivistas;
- Pelo fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores;
- Pela imediata realização de concurso público pelo RJU.

CALENDÁRIO

FEVEREIRO

20	Plenária das Centrais Sindicais – Praça da Sé/São Paulo.
----	--

MARÇO

02 a 05	Participação no carnaval, criando blocos carnavalescos próprios, que tenham dentre outros temas a defesa dos trabalhadores, justiça por Marielle e a defesa da Educação Pública.
---------	--

08	Dia Internacional da Mulher – Justiça para Marielle!
----	--

15 e 16	Reunião da Coordenação Nacional dos Motoristas Oficiais Federais das IPE – Campo Grande/MS.
---------	---

21 e 22	Reunião de Organização do FASUBRARTE.
---------	---------------------------------------



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

ABRIL

26 a 28	Encontro de Mulheres – Brasília/DF
26 a 28	Reunião de Organização Seminário sobre Segurança nas IPE